



# Educação: Práticas e Desafios

*Euzimar Gregório dos Santos  
Eloiza Helena da Silveira Freitas  
Cristina Aparecida Rosas Ruas  
(Orgs.)*

*Libellus*   
Editorial

**EDUCAÇÃO:  
PRÁTICAS E DESAFIOS**

Euzimar Gregório dos Santos  
Eloiza Helena da Silveira Freitas  
Cristina Aparecida Rosa Ruas  
(Orgs.)

**EDUCAÇÃO:  
PRÁTICAS E DESAFIOS**

*Libellus*  
Editorial

João Pessoa  
2021

**Conselho Editorial:**

Dilaine Soares Sampaio (UFPB)  
Elisa Gonsalves Possebon (UFPB)  
Fabricio Possebon (UFPB)  
Fátima Sousa Lima (UFOPA)  
Fernando Pita (UERJ)  
Francisco Pegado Abílio (UFPB)  
Luiz Gonzaga Gonçalves (UFPB)  
Monica Simas (USP)  
Sérgio Pereira da Silva (UFG)  
Telmo Adams (UNISINOS)  
Ricardo Lucena (UFPB)

**Diagramação:** *Frôntis Editorial*

**Capa:** *Ricardo Sterebele*  
www.frontis.com.br

## Sumário

Apresentação . . . . .	9
A Vivência do lúdico na prática pedagógica . . . . .	12
dos professores da educação infantil em uma escola municipal de Lagoa Grande-Pe. . . . .	12
Marco metodológico . . . . .	16
Análise dos dados qualitativos . . . . .	18
Referências . . . . .	19
Melhoria no ensino das escolas públicas: um olhar baseado nas perspectivas de Marx Weber e Karl Mannheim . . . . .	21
Desenvolvimento . . . . .	22
Considerações finais . . . . .	25
Referências . . . . .	25
A Interdisciplinaridade para a excelência do ensino fundamental . . . . .	26
Formação dos educadores com a função de práticas interdisciplinar para a excelência da educação . . . . .	27
O letramento e a interdisciplinaridade no ensino fundamental. . . . .	29
Programas educacionais para o letramento com interdisciplinaridade . . . . .	30
Alfabetizar com sucesso. . . . .	31
Conclusão . . . . .	32
Referências. . . . .	32
Gestão escolar na perspectiva democrática. . . . .	34
Considerações finais . . . . .	44
Referências. . . . .	44
Políticas públicas para a educação básica . . . . .	45
A educação e as políticas públicas . . . . .	47
Políticas públicas para a excelência do letramento. . . . .	48
O IDEB e a melhoria da qualidade do ensino . . . . .	50
Políticas públicas de formação de professores . . . . .	50
Metodologia de pesquisa . . . . .	52
Considerações finais . . . . .	52
Referências . . . . .	53
Dificuldades de aprendizagem: o que fazer? . . . . .	54
Pilares do atendimento psicopedagógico . . . . .	56
Investigação clínica . . . . .	57

Todos direitos reservados. Proibida a tradução, versão ou reprodução, mesmo que parcial, por quaisquer processos mecânicos, eletrônico, reprográfico etc., sem a autorização por escrito.



Da investigação / etapas do diagnóstico . . . . .	58
Informe psicopedagógico: à elaboração . . . . .	58
Investigação institucional . . . . .	60
Materiais geralmente utilizados e que possibilitam aprendizado significativo ao sujeito com transtornos de aprendizagem . . . . .	62
Metodologia . . . . .	65
Considerações finais . . . . .	65
Referências. . . . .	66
Integrando saberes nas séries iniciais do ensino fundamental . . . . .	68
1. Planejamento . . . . .	69
2. Ação pedagógica . . . . .	70
3. Intervenção . . . . .	71
4. Avaliação . . . . .	72
Conclusão . . . . .	72
Referências . . . . .	73
Políticas públicas e inclusão escolar: Um estudo de caso com aluno de baixa/visão na escola estadual de ensino fundamental e médio Monteiro Lobato de Ouro Preto do Oeste – Rondônia, Brasil. . . . .	74
Justificativas da pesquisa . . . . .	86
Considerações finais . . . . .	87
Referências. . . . .	87
O planejamento no ensino superior: qual é a colaboração do professor para o aprendizado do aluno adulto?. . . . .	89
Pilares Da Educação . . . . .	90
O planejar . . . . .	92
Etapas do planejamento. . . . .	95
O aluno adulto como aprende?. . . . .	97
Metodologia . . . . .	98
Considerações finais . . . . .	99
Referências. . . . .	100
O uso de jogos como metodologia no Ensino da Matemática. . . . .	101
Algumas considerações sobre o jogo no ensino da Matemática . . . . .	102
Importância do jogo no processo ensino-aprendizagem da Matemática. . . . .	103
A aplicação dos jogos e o papel do professor . . . . .	103
Conclusão . . . . .	105
Referências . . . . .	106
Sobre os autores. . . . .	107

## Apresentação

O livro Educação: práticas e desafios, aborda em seus capítulos práticas educacionais vivenciadas no âmbito educacional através de projetos educacionais e pesquisas de mestrado e doutorado desenvolvidos por professores pesquisadores que estudam no Brasil e em outros países.

É sabido que para fazer acontecer uma educação de qualidade em qualquer parte do mundo é realmente um desafio, visto que, a educação está relacionada a cultura e a um processo de ensino aprendizagem que gera mudança de comportamento no sentir, no pensar e no agir.

Porém vemos que, mesmo vivenciando momentos difíceis encontraremos nessa obra a produção de professores autores dedicados a projetos e pesquisas educacionais procurando melhorar o quadro educacional existente. A produção aqui existente é de inteira responsabilidade dos autores.

Agradecemos aos nossos leitores e autores pela confiança que tem demonstrado no nosso trabalho. A seguir veremos as temáticas existentes no livro e um breve relato do que se trata cada uma delas, distribuídos e ordenados de acordo como os mesmos vem descritos na obra.

A vivência do lúdico na prática pedagógica dos professores da educação infantil numa Escola Municipal de Lagoa Grande-PE. O capítulo tem como objetivo analisar como é vivenciada a prática pedagógica dos professores nas atividades de ludicidade uma escola pública do município e as concepções dos pais acerca dessa prática.

Melhoria no ensino das escolas públicas: um olhar baseado nas perspectivas de marx weber e karl mannheim. Este capítulo aborda questões impulsionadoras que possibilitam melhorias no ensino das escolas públicas com um olhar crítico e realista. Na atual conjuntura, observamos a ação e o discurso na rapidez da propagação de informações, no qual a velocidade do tempo reduziria o espaço e igualaria as culturas. Nesse contexto a intencionalidade de Karl Mannheim é convidar a instigar a construção de métodos capazes de mapear e dar forma à particularidade de experiências concretas de um estudo aprofundado e coeso.

A interdisciplinaridade para a excelência do Ensino Fundamental – O atual capítulo traz reflexões sobre a interdisciplinaridade como excelência do Ensino Fundamental e o papel indispensável da interdisciplinaridade para a reestruturação da educação e como a mesma possa contribuir para obtermos uma educação de qualidade começando no ensino

fundamental. A interdisciplinaridade que no Brasil já vem sendo discutida desde os anos 70 é uma proposta pedagógica fundamental para atuar no campo educacional, pois a mesma vem com a integração de disciplinas e conteúdos contribuindo para que haja a integração entre professor/ aluno e principalmente no meio social onde rompe todos os limites.

Gestão Escolar na perspectiva democrática - O capítulo se dá no início com estudos em sala de aula e estendeu-se com o estágio de observação na escola estadual de ensino fundamental das séries iniciais do 1º ao 5º ano do Ensino Fundamental menor, na disciplina estágio supervisionado I apoio escolar, do 5º período de pedagogia Unijipa- Faculdade Panamericana de Ji-paraná - RO. Na perspectiva de conhecer na prática as funções de cada integrante que fazem parte da gestão educacional da instituição in loco.

Políticas públicas para a Educação Básica - O presente capítulo foi construído a partir de estudos realizados sobre Políticas Públicas para a Educação Básica, o mesmo visa analisar algumas das inúmeras políticas referentes à melhoria da educação e a qualidade do letramento, tendo como papel fundamental a melhoria da qualidade do ensino-aprendizagem. O mesmo retrata a extrema relevância da temática diante da complexidade do funcionamento educacional em todo país e como parte integrante do sistema de ensino brasileiro, tem objetivos específicos a cumprir na sociedade atual.

Dificuldades de aprendizagem: O que fazer? - O capítulo retrata a prática do psicopedagogo no atendimento à criança com dificuldades de aprendizagem ocasionadas pelos transtornos de aprendizagem, como fazer esse atendimento psicopedagógico para que facilite as intervenções e que possa ajudar a criança a chegar aos objetivos, podendo assim superar as suas dificuldades e a importância dos jogos lúdicos nesse processo.

Integrando Saberes nas Séries Iniciais do Ensino Fundamental – O referido capítulo propõe uma reflexão sobre o planejamento educacional e a prática interdisciplinar nas séries iniciais, viabilizando várias formas de análise na educação sobre estudos na prática pedagógica e na relevância do planejamento, focando a importância de alguns pontos primordiais, como garantir uma alfabetização letrada e integrada a diferentes componentes curriculares, também centraremos esta reflexão na avaliação e intervenção que são ponto indispensável na discussão do processo ensino aprendizagem direcionada a educação.

Políticas Públicas e Inclusão Escolar: Um estudo de caso com aluno de baixa/visão na escola estadual de ensino fundamental e médio Monteiro Lobato de Ouro Preto do Oeste – Rondônia, Brasil. O atual capítulo retrata, analisa e investiga as políticas públicas no contexto da inclusão escolar. O estudo aborda os antecedentes internacionais e nacionais na concepção de vários autores que pontuam de forma crítica e abrangente os aspectos relevantes e a contextualização histórica, desafios e avanços da educação especial e a inclusão escolar.

O PLANEJAMENTO NO ENSINO SUPERIOR: qual é a colaboração do Professor para o aprendizado do aluno adulto? O capítulo fala sobre a importância do planejamento e o plano de ensino enfocando que os mesmos se constroem a partir de saberes teórico e práticos com observação de seus alunos adultos, e levando em conta o conhecimento que

cada um traz consigo suas experiências vividas e até mesmo outras formações profissionais, e capazes de relacionar novos conhecimentos aos conhecimentos já apreendidos.

O uso de jogos como metodologia no Ensino da Matemática - O capítulo trata-se de uma pesquisa que tem como objetivo propor o uso dos jogos nas aulas de Matemática para trazer uma metodologia diferente da que está sendo utilizada ainda importância do uso do lúdico no ensino da disciplina de Matemática, como uma alternativa de construção e compreensão dos conteúdos estudados. Deste modo, o presente capítulo está estruturado de forma conceitual e metodológico a atender as necessidades dos discentes com base na pesquisa realizada através de documentos, textos que relatam o uso do lúdico como metodologia de ensino.

## A Vivência do lúdico na prática pedagógica dos professores da educação infantil em uma escola municipal de Lagoa Grande-Pe

*Vanderleide Gomes do Amaral*

Estudar o brinquedo e o jogo hoje, parece ser uma tarefa fácil, mas ao mesmo tempo é extremamente difícil, pois esse estudo requer por parte dos professores da infância uma visão mais profunda, ou seja, pautada em um embasamento teórico e também no entendimento do desenvolvimento infantil.

Mediante essa questão, o presente capítulo, denominado: A vivência do lúdico na prática pedagógica dos professores da educação infantil numa escola municipal de Lagoa Grande-PE, busca investigar a contribuição dos jogos e das brincadeiras na Educação Infantil.

Fizeram parte deste estudo 04 professores que representam o universo de docentes do gênero feminino e 15 integrantes da família, responsáveis pelos discentes pesquisados, a escolha dos integrantes da família provém do fato de serem os responsáveis dos alunos desses professores.

Como Formulação do problema temos: A vivência do lúdico na prática pedagógica dos professores da Educação Infantil numa escola no município de Lagoa Grande – PE. Considerando a pertinência do brincar e das brincadeiras no contexto da EI, neste texto exploraremos os seguintes documentos publicados pelo MEC: Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil (1998), Parâmetros básicos de infraestrutura para as instituições de educação infantil (2006a), Parâmetros nacionais de qualidade para a educação infantil: volume 1 (2006b), Parâmetros nacionais de qualidade para a educação infantil: volume 2 (2006c), Política de educação infantil no Brasil: relatório de avaliação” (2009c) e Diretrizes curriculares nacionais para a educação infantil (2010).

Os documentos mencionados acima foram escolhidos por abordarem temáticas mais gerais, ou seja, contemplam a EI como um todo, apresentando um envolvimento maior com a temática da pesquisa, uma vez que a interação e a brincadeira constituem em eixos do trabalho pedagógico na EI.

O Referencial curricular nacional para a educação infantil (BRASIL, 1998) foi construído com a finalidade de nortear as práticas pedagógicas, apresentando orientações didáticas ao trabalho educativo. O brincar ganha um tópico específico no documento, entendido como forma de experimentar e descobrir o mundo. Classificado em três modalidades principais (brincar de faz-de-conta, brincar com materiais de construção e brincar com regras), o brincar espontâneo ganha ênfase no referencial.

Este documento é fruto de um amplo debate nacional, no qual participaram professoras e diversos profissionais que atuam diretamente com as crianças, contribuindo com conhecimentos diversos provenientes tanto da vasta e longa experiência prática de alguns, como também acadêmica, científica ou administrativa de outros. Ele representa um avanço na educação infantil ao buscar soluções educativas para a superação, de um lado, da tradição assistencialista das creches e, de outro, da marca da antecipação da escolaridade das pré-escolas. O Referencial foi concebido considerando e respeitando a pluralidade e diversidade da sociedade brasileira e das diversas propostas curriculares de educação infantil existentes. O Referencial é uma proposta aberta, flexível e não obrigatória, que poderá subsidiar os sistemas educacionais, que assim o desejarem, na elaboração ou implementação de programas e currículos condizentes com suas realidades e singularidades. Seu caráter não obrigatório visa a favorecer o diálogo com propostas e currículos que se constroem no cotidiano das instituições, sejam creches, pré-escolas ou nos diversos grupos de formação existentes nos diferentes sistemas.

O Referencial pode funcionar como elemento orientador de ações na busca da melhoria de qualidade da educação infantil brasileira, por outro, não tem a pretensão de resolver os complexos problemas dessa etapa educacional. A busca da qualidade do atendimento envolve questões amplas ligadas às políticas públicas, às decisões de ordem orçamentária, à implantação de políticas de recursos humanos, ao estabelecimento de padrões de atendimento que garantam espaço físico adequado, materiais em quantidade e qualidade suficientes e à adoção de propostas educacionais compatíveis com a faixa etária nas diferentes modalidades de atendimento, para as quais este Referencial pretende dar sua contribuição.

Os Parâmetros básicos de infraestrutura para as instituições de educação infantil (BRASIL, 2006) focaliza os espaços dos centros de EI e seus componentes. Assim, defende um ambiente físico “dinâmico, vivo, ‘brincável’, explorável, transformável e acessível para todos” (p. 08). Com a leitura do material, nota-se também a valorização dos espaços externos que possibilitem mais movimentação, brincadeiras e exploração do ambiente. Tendo em vista ambientes de recreação, os parâmetros afirmam também a importância desses espaços para a interação das crianças, com o incentivo às atividades coletivas, mesmo não mencionando diretamente o parquinho como um desses ambientes.

A história de atendimento à criança em idade anterior à escolaridade obrigatória foi marcada, em grande parte, por ações que priorizaram a guarda das crianças. Em geral, a Educação Infantil, e em particular as creches, destinava-se ao atendimento de crianças pobres e organizava-se com base na lógica da pobreza, isto é, os serviços prestados – seja pelo poder público seja por entidades religiosas e filantrópicas – não eram considerados

um direito das crianças e de suas famílias, mas sim uma doação, que se fazia – e muitas vezes ainda se faz – sem grandes investimentos.

Nesse longo percurso da história do atendimento à infância, pesquisas e práticas vêm buscando afirmar a importância de se promover uma educação de qualidade para todas as crianças, o que envolve também o ambiente construído. A Constituição de 1988 representou um grande avanço, ao estabelecer como dever do Estado, por meio dos municípios, garantia à Educação Infantil, com acesso para todas as crianças de 0 a 6 anos a creches e pré-escolas. Essa conquista da sociedade significou uma mudança de concepção. A Educação Infantil deixava de se constituir em caridade para se transformar, ainda que apenas legalmente, em obrigação do Estado e direito da criança.

Na LDB, a construção e a conservação das instalações escolares são incluídas nos orçamentos de educação. A partir daí uma série de documentos legais é produzida com o objetivo de definir critérios de qualidade para infraestrutura das unidades destinadas à educação da criança de 0 a 6 anos. Entretanto, particularmente nesse aspecto ainda há sérios problemas a se enfrentar, conforme o diagnóstico apresentado no Plano Nacional de Educação (Brasil, 2001).

Entendendo o brincar como estimulador do desenvolvimento e do aprendizado dos pequenos, os Parâmetros nacionais de qualidade para a educação infantil: volume 1 (BRASIL, 2006b) orientam o incentivo à brincadeira. Para completar essas colocações, o segundo volume dos parâmetros (BRASIL, 2006c) instiga os educadores a propor brincadeiras, bem como permitir que as crianças brinquem espontaneamente. Além disso, orienta os mesmos a oferecer alternativas de brincadeiras conforme as faixas etárias das crianças, lançando assim um olhar mais amplo e que contemple as variadas maneiras de brincar na EI. Os espaços ao ar livre são valorizados nos dois documentos, embora não tratem especialmente do parque.

Os Indicadores da qualidade na educação infantil (2009) enfatizam os espaços (internos e externos) que precisam contribuir para o desenvolvimento das crianças, ressaltando também a importância de que se favoreça o aprendizado de novas brincadeiras, bem como o estímulo às variadas formas de expressão, incluindo o brincar.

Analisando o documento Políticas de educação infantil no Brasil: relatório de avaliação (BRASIL, 2009), percebemos que esse é um dos poucos documentos que trata diretamente do parquinho, pois avalia sua instalação nas instituições de EI. Nas Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil (BRASIL, 2010), apresentam-se como eixos norteadores do currículo a interação e a brincadeira. Nesse sentido, é indiscutível que o brincar precisa fazer parte do cotidiano nas instituições de EI, orientando o trabalho pedagógico. As Diretrizes priorizam também o acompanhamento das brincadeiras realizadas nas instituições por meio da observação (sem a intenção de classificar as crianças) como importante instrumento de avaliação.

### Estado de arte da temática

Dentro desse contexto, se observa que atualmente, a questão vivência da ludicidade na escola de educação infantil, tem sido palco de fóruns acadêmicos e políticos, e na produção de linhas de pesquisas, em forma de artigos e dissertações, entre outras, destacam-se: Silva (2011 UFSJ). A vivência lúdica na prática da educação infantil: dificuldades e possibilidades expressas no corpo da professora; Tristão (2010 UFRGS). O lúdico na prática docente.

Silva (2011 UFSJ) em sua dissertação: A vivência lúdica na prática da educação infantil: dificuldades e possibilidades expressas no corpo da professora, uma investigação acerca da prática lúdica pela professora de educação infantil em seu cotidiano escolar, que dificuldades e possibilidades se expressam em seu corpo que podem influenciá-la a vivenciar ou não o lúdico. Os resultados da pesquisa permitiram apontar que a professora que vivencia o lúdico no seu cotidiano escolar, valoriza o lúdico por si só e proporciona a si mesma e aos seus alunos a vivência do lúdico. Ao passo que, uma professora que apresenta dificuldades corporais, que valoriza o lúdico como um fim pedagógico, que não goste de brincar, dificilmente desenvolverá uma vivência lúdica, impossibilitando os seus alunos de vivenciar a ludicidade.

Tristão (2010 UFRGS) em sua pesquisa: O lúdico na prática docente, demonstra a importância da ludicidade na alfabetização com a finalidade de refletir sobre a prática cotidiana do professor partindo da ideia de que o jogo é uma necessidade para a criança. Com isso, a pesquisadora deixa claro que o jogo pode e deve fazer parte das atividades curriculares, como facilitadora do ensino aprendizagem do aluno na educação infantil.

Gomes (2017 UDS), em sua tese: Concepções sobre o lúdico para a aprendizagem na educação infantil. Faz uma abordagem fenomenográfica de cunho qualitativo, por meio de discussões acerca do lúdico como ferramenta para a aprendizagem escolar na dimensão da Educação Infantil, para a realização da tese teve como objetivo geral compreender as concepções e experiências dos professores acerca do papel do lúdico para a aprendizagem na Educação Infantil, sendo a investigação realizada no período de julho a dezembro de 2016.

O pressuposto inicial foi a problemática dos momentos de aprendizagem dos alunos com a inserção da ludicidade. O autor tomou como referência explicações teóricas da literatura científica que defendem a utilização de métodos lúdicos na sala de aula como elemento enriquecedor, para assim compreender e descrever o papel da metodologia lúdica no desenvolvimento da aprendizagem, além da observância em documentos oficiais, tal como, o RCNEI, Como implicação pedagógica, se percebe que, o processo de ensino-aprendizagem infantil se torna diferente, eficaz e o interesse do aluno cresce, além do trabalho docente se desenvolver com maior eficácia e com esta investigação, o autor pode contribuir com os atuais docentes como também com os futuros docentes a buscarem sempre utilizar-se desses recursos pedagógicos como ferramentas facilitadoras para que os educandos encontrem o conhecimento com mais prazer e qualidade para a partir dele transformar o mundo.